



EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Gabinete do Prefeito, Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social da Gameleira** torna pública a abertura da licitação na modalidade **Pregão na forma Eletrônica**, do tipo **“Maior Percentual de Desconto por item”**, objetivando a contratação do objeto indicado no item 2 deste edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (*internet*).

A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 - alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019 e pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Os Órgãos Contratantes serão: **Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Agricultura; Gabinete do Prefeito; Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social da Gameleira.**

Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II - Especificações, Quantidades e Valores Estimados;
- ANEXO III – Modelo de Proposta – Pós Disputa;
- ANEXO IV – Declaração da proponente de cumprimento ao Art.7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal;
- ANEXO V – Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação Microempresa e empresa de Pequeno Porte;
- ANEXO VI - Minuta de Contrato.

A licitação observará o local e horários a seguir:

Recebimento das propostas: De 19/10/2023 até 01/11/2023 às 09h00min (horário oficial de Brasília)

Início da sessão de disputa de preços: 01/11/2023 às 10h00min (horário oficial de Brasília)

Sistema eletrônico utilizado: Bolsa Nacional de Compras - BNC

Endereço eletrônico do sistema: <http://www.bnc.org.br/>

Dados para Contato:

Pregoeiro: Flavio Rocha de Moura Silva

E-mail: cpl.gameleirape@gmail.com

Endereço: Sede da Prefeitura da Gameleira, Sala da CPL, 1º andar, situada na Rua José Barradas, nº 95 - Centro, Gameleira/PE - CEP: 55520-000

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições



de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Para participar da licitação se faz necessário prévio cadastro do licitante no sistema **Bolsa Nacional de Compras - BNC**. Para a realização do cadastramento, deverão ser observadas as instruções constantes do **Bolsa Nacional de Compras - BNC** com <http://www.bnc.org.br/>.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município da Gameleira, credenciado na função de Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para os sistemas de compras eletrônicas utilizados pela Administração Direta, disponível na **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, no endereço <http://www.bnc.org.br/>.

1.4. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

1.5 Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no **Bolsa Nacional de Compras - BNC** e as constantes deste edital e de seus anexos, prevalecerão estas últimas.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação, a **Contratação de empresa especializada no fornecimento de COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E ETANOL), destinados ao abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados) que compõem a frota do município da Gameleira (Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social), POR MEIO DE PERCENTUAIS DE DESCONTO, QUE INCIDIRÃO SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA**, conforme detalhamentos e especificações constantes do Anexo I e II do Edital.

3. VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 O valor global estimado para o eventual fornecimento de combustíveis é de **R\$ 5.062.719,91 (Cinco milhões sessenta e dois mil setecentos e dezenove reais e noventa e um centavos)**, conforme planilha de especificações, quantidades e valores estimados – Anexo I do Edital.

3.2 Valores Estimados por Secretarias e Fundos Municipais:

- a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes: **R\$ 1.563.134,91 (Um milhão quinhentos e sessenta e três mil cento e trinta e quatro reais e noventa e um centavos)**;
- b) Secretaria Municipal de Agricultura: **R\$ 722.346,99 (Setecentos e vinte e dois mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos)**;
- c) Gabinete do Prefeito: **R\$ 278.295,25 (Duzentos e setenta e oito mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos)**;
- d) Secretaria Municipal de Educação: **R\$ 1.110.153,95 (Um milhão cento e dez mil cento e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos)**;
- e) Fundo Municipal de Saúde: **R\$ 1.349.659,84 (Um milhão trezentos e quarenta e nove mil seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)**;
- f) Fundo Municipal de Desenvolvimento Social: **R\$ 39.128,97 (Trinta e nove mil cento e vinte e oito reais e noventa e sete centavos)**.



3.3 Percentuais de desconto mínimos aceitáveis:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR TOTAL ESTIMADO 12 MESES	PERCENTUAL DE DESCONTO A INCIDIR SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA
1	Gasolina Comum	LITRO	R\$ 1.166.148,84	2,33%
2	Óleo Diesel S10	LITRO	R\$ 3.820.191,26	2,33%
3	Etanol	LITRO	R\$ 76.379,81	4,00%
			R\$ 5.062.719,91	

3.4 Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da Contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Gabinete do Prefeito:
02 01 GABINETE DE GOVERNO
020100 GABINETE DE GOVERNO
04 ADMINISTRAÇÃO
04 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
04 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
04 122 0401 2018 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS
- Secretaria Municipal de Infraestrutura:
02 07 SECRET. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES
020700 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES
04 Administração
04 122 Administração Geral
04 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
04 122 0401 2048 0000 Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS
- Secretaria Municipal de Agricultura:
02 08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
020800 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20 Agricultura
20 122 Administração Geral
20 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
20 122 0401 2064 0000 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS
- Secretaria Municipal de Educação:



02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 361 1206 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE
12 361 1206 2149 0000 APOIO AS ATIVIDADES AO PROGRAMA NACION. DE
TRANSPORT. ESCOLAR - PNATE
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 364 ENSINO SUPERIOR
12 364 1210 TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
12 364 1210 2152 0000 APOIO AO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
080 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 361 1207 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA
12 361 1207 2150 0000 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHO DA
ESCOLA
075 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020402 FUNDEB
12 EDUCAÇÃO
12 361 ENSINO FUNDAMENTAL
12 361 1211 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
12 361 1211 2155 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DO FUNDEB 30%
109 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
12 122 1201 GESTÃO ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
12 122 1201 2147 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO
045 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

- Fundo Municipal de Saúde:
03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 122 Administração Geral
10 122 1002 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 122 1002 2077 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 301 Atenção Básica
10 301 1006 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
10 301 1006 2093 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Programa Saúde da Família



- PSF

3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA

030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 Saúde

10 302 1014 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

10 302 1014 2107 0000 Manutenção das atividades do SAMU

3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA

030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 Saúde

10 302 1016 TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD

10 302 1016 2109 0000 Manutenção das Ações do Tratamento Fora do Domicílio - TFD

3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA

030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 Saúde

10 304 Vigilância Sanitária

10 304 1018 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10 304 1018 2111 0000 Manutenção das Atividades do Programa de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

- Fundo Municipal de Desenvolvimento Social:

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA

030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 032 Controle Externo

08 032 0804 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 032 0804 2120 0000 Apoio das atividades do Conselho Tutelar

3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA

030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 122 Administração Geral

08 122 0805 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 122 0805 2122 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA

030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 244 Assistência Comunitária

08 244 0801 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

08 244 0801 2126 0000 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

4 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico exclusivamente as empresas revendedoras de combustível desde que atendam o disposto nos títulos DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e DA



PROPOSTA DE PREÇOS;

4.2 A participação no Pregão (eletrônico) dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital;

4.3 Como requisito para a participação no Pregão (eletrônico), o licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital;

4.4 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá fazer a declaração, conforme o item anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal;

4.5 Ficarão impedidas de participar:

4.5.1 Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município da Gameleira;

4.5.2 Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.5.3 Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com o Município da Gameleira;

4.5.4 Pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

4.5.5 Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não com OS (organizações sociais) ou OSCIP (organizações da sociedade civil de interesse público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.

4.6. Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

5 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS

5.1 Para fins de participação neste pregão, os interessados deverão obter da Bolsa Nacional de Compras - BNC mencionada neste Edital, o login pessoal de acesso ao sistema.

5.2 O processo de credenciamento será iniciado pelo interessado, através da Bolsa Nacional de Compras - BNC, no endereço <http://www.bnc.org.br/>.

5.3 Em caso de dificuldade no credenciamento junto ao sistema acima, os licitantes deverão entrar em contato com a **Bolsa Nacional de Compras – BNC, fone/ WhatsApp: 42 3026-4550, e-mail: contato@bnc.org.br, e/ou com o Pregoeiro do Município da Gameleira, e-mail: cpl.gameleirape@gmail.com.**

5.4 Por ocasião do credenciamento junto ao provedor do sistema, o interessado deverá comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos inerentes ao certame.

5.5 Os interessados ainda não credenciados no sistema eletrônico deverão providenciar o credenciamento preferencialmente no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data limite de apresentação das propostas iniciais.

5.6 Os interessados poderão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração



por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os atos e operações nos sistemas de compras eletrônicas utilizados nas licitações.

5.7 O sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

5.8 O login e a senha poderão ser utilizados conforme Plano de Adesão efetuada pelo Licitante, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC ou do Município da Gameleira, devidamente justificado.

5.9 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município da Gameleira e a BNC a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.10 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.11 Recomendamos obter junto a **Bolsa Nacional de Compras – BNC, fone/ WhatsApp: 42 3026-4550, e-mail: contato@bnc.org.br, e/ou com o Pregoeiro do Município da Gameleira, e-mail: cpl.gameleirape@gmail.com**, outras informações sobre o processo de credenciamento no sistema de compras eletrônica.

6 PROPOSTA

6.1 No prazo designado no preâmbulo deste edital, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços expressos em moeda nacional, em algarismos hindu-arábico, até a data e hora marcadas para o recebimento das propostas.

- a) A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste edital, e deverá conter: Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema;
- b) Especificação do preço global por item do objeto licitado (Porcentagem de Desconto);
- c) Indicação de marca e modelo/ referência do(s) produto(s) ofertado(s), as quais ficarão vinculadas;
- d) Apresentação de catálogos/folders/ficha técnica dos produtos ofertados, caso detenha;

6.2 As exigências constantes na alínea “d” do subitem 6.1 anterior deverão ser atendidas por intermédio de arquivo a ser anexado à proposta de preços nos moldes de funcionalidade do Sistema BNC por ocasião da formalização de preços pelo licitante participante.

6.3 O envio da proposta de preços ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.4 Considerando o lançamento da proposta de preços no Sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC, passamos a esclarecer a forma adequada de lançamento, conforme abaixo:

6.4.1 Como o valor mínimo aceitável como percentual de desconto é de **2,33% para GASOLINA COMUM**, o valor total máximo a ser desembolsado pela Administração Municipal



para a aquisição de **GASOLINA COMUM** é de **R\$ 1.166.148,84 (Um milhão cento e sessenta e seis mil cento e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)**.

6.4.1.1 O menor valor a ser cadastrado no sistema, no campo “**VALOR TOTAL DO ITEM**” – **GASOLINA COMUM**, será de **R\$ 2,33 (Dois reais e trinta e três centavos)**, que é o resultado da taxa de desconto de **2,33%** (Dois vírgula trinta e três por cento). Assim, exemplificando:

- a) Se a licitante ofertar 2,33% (Dois vírgula trinta e três por cento) de Taxa de Desconto, o valor a lançar no campo “Valor total do item”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do Sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC, será de R\$ 2,33 (Dois reais e trinta e três centavos), como um valor percentual.

6.4.2 Como o valor mínimo aceitável como percentual de desconto é de **2,33% para DIESEL S10**, o valor total máximo a ser desembolsado pela Administração Municipal para a aquisição de **DIESEL S10** é de **R\$ 3.820.191,26 (Três milhões oitocentos e vinte mil cento e noventa e um reais e vinte e seis centavos)**.

6.4.2.1 O menor valor a ser cadastrado no sistema, no campo “**VALOR TOTAL DO ITEM**” – **DIESEL S10**, será de **R\$ 2,33 (Dois reais e trinta e três centavos)**, que é o resultado da taxa de desconto de **2,33%** (Dois vírgula trinta e três por cento). Assim, exemplificando:

- a) Se a licitante ofertar 2,33% (Dois vírgula trinta e três por cento) de Taxa de Desconto, o valor a lançar no campo “Valor total do item”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do Sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC, será de R\$ 2,33 (Dois reais e trinta e três centavos), como um valor percentual

6.4.3 Como o valor mínimo aceitável como percentual de desconto é de **4,00% para ETANOL**, o valor total máximo a ser desembolsado pela Administração Municipal para a aquisição de **ETANOL** é de **R\$ 76.379,81 (Setenta e seis mil trezentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos)**.

6.4.3.1 O menor valor a ser cadastrado no sistema, no campo “**VALOR TOTAL DO ITEM**” – **ETANOL**, será de **R\$ 4,00 (Quatro reais)**, que é o resultado da taxa de desconto de **4,00%** (Quatro por cento). Assim, exemplificando:

- a) Se a licitante ofertar 4,00% (Quatro por cento) de Taxa de Desconto, o valor a lançar no campo “Valor total do item”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do Sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC, será de R\$ 4,00 (Quatro reais), como um valor percentual;

6.4.4 Não serão aceitas propostas com valor menor que o mínimo aceitável de desconto.

6.5 Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de negociação da proposta;

6.6 Os documentos conforme alínea “d” do subitem 6.1 que compõem a proposta do licitante melhor classificado, somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

6.7 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;

6.8 A falsidade da declaração de que trata o subitem 6.7 sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital;



6.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário estabelecido para recebimento das propostas;

6.10 Deverão estar incluídos nos preços todos os custos da mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, taxas, contribuições, transportes, fretes e quaisquer outros custos ou despesas que incidam sobre o fornecimento do objeto a ser contratado;

6.11 Os preços finais ofertados não poderão ultrapassar os preços estimados fixados neste Edital;

6.12 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis;

6.13 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

6.14 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura do Pregão, independentemente de declaração do licitante;

6.15 Em caso de redução do valor proposto (aumento da taxa de desconto) em virtude da negociação de contraproposta, após o encerramento da sessão de lances, o licitante que apresentar a maior taxa de desconto final (menor preço) deverá adequar a proposta ao lance final ofertado, preenchendo no sistema os novos preços;

6.16 Após o encerramento da fase de lances, a arrematante deverá encaminhar proposta escrita, no prazo de até 02 (duas) horas após o encerramento da disputa de lances do item/lote, redigida em papel timbrado da licitante, escaneada e EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Número do Processo e do Pregão;
- b) Razão Social e CNPJ;
- c) Descrição do objeto da presente licitação;
- d) Descrição do prazo de vigência do fornecimento, conforme Edital;
- e) Número (s) de telefone (s), e-mail, endereço com CEP;
- f) Dados Bancários (Facultativo).

6.16.1 A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias.

6.16.1.1 Caso este prazo não esteja expressamente indicado na **“Proposta”**, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.16.2 Se por motivo de força maior, a adjudicação não ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse deste Órgão, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

6.16.3 Na proposta escrita, a ser encaminhada após o encerramento da fase de lances pela arrematante, deverá ser informado **obrigatoriamente, o(s) valor(es) total(is) estimado(s) do(s) item(ns) com gasto de combustível, e o valor da taxa de desconto do item(ns), com até 02 (duas) casas decimais**, descrevendo detalhadamente as suas características técnicas em conformidade com a Planilha constante no **Anexo II** – Planilha com especificações, Valores e Percentuais e Modelo de Proposta de Preços – **Anexo III**.

6.16.3.1 Facultado a utilização do modelo de proposta constante no **Anexo II**, podendo a licitante, caso prefira, utilizar modelo próprio, contanto que esteja de acordo com as exigências



apresentadas no item 6.16 do Edital.

6.16.4 Na proposta escrita, a ser encaminhada após o encerramento da fase de lances pela arrematante, deverá ser informado **Declaração formal** de que nos preços ofertados estão incluídas despesas com administração, pessoal, obrigações patrimoniais, Trabalhistas, transporte, ferramentas e utensílios, equipamentos, e todos os tributos e demais encargos decorrentes do fornecimento.

6.17 Caso seja notado alguma falha no conteúdo da proposta encaminhada após o encerramento da fase de lances pela arrematante, o Pregoeiro poderá solicitar a retificação da mesma, destinadas a sanar evidentes erros materiais.

6.18 Logo após o encerramento da sessão de disputa de lances, é feita a aferição da regularidade dos documentos de habilitação

7 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 A comprovação de habilitação dos licitantes será realizada observando-se o procedimento a seguir:

- a) Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento das propostas;
- b) A etapa de que trata a alínea “a” será encerrada até a data e horário definido para recebimento das propostas;
- c) O envio dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto na alínea “a”, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- d) O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;
- e) A falsidade da declaração de que trata alínea “d” sujeitará o licitante às sanções previstas no Art. 49 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019;
- f) Os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário estabelecido para recebimento das propostas;
- g) Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado, somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- h) Os documentos complementares a habilitação, quando necessários a confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, que deverá anexar ao sistema (documentos complementares) após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema;
- i) O Pregoeiro poderá acessar a página eletrônica oficial para verificar um requisito/certidão/ documento exigida na licitação quando existir alguma dúvida ou omissão por parte do licitante;
- j) Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em cópias legíveis ou originais;

7.2 Para fins de habilitação neste processo, serão exigidos os seguintes documentos:



7.2.1 Habilitação Jurídica:

- a) Ato de inscrição, devidamente registrado na Junta comercial, consolidado ou com alterações, se houver, em se tratando de empresários individuais.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as suas alterações ou o respectivo instrumento de consolidação contratual em vigor, com as alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, em se tratando de Sociedade por Ações.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Tratando-se de procurador, além dos documentos exigidos nos itens **a, b, c, d**, com indicação dos poderes do mandante para outorga, o instrumento de procuração pública ou particular, com poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;
- f) Documento oficial de identificação que contenha foto do representante da licitante;

7.2.1.1 O Objeto Social da(s) empresa(s) participante(s) deste Pregão deverá(ão) ser igual ou similar ao que dispõe o subitem 2.1 deste Edital.

7.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.)
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

7.2.3 Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão da licitante para o fornecimento em características semelhantes com o objeto da licitação, representada(s) por atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público e/ou privado;
- b) Registro junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP, autorizando a empresa



licitante a operar como distribuidora de combustíveis, conforme inciso XVI do art. 8º da Lei nº 9.478/97.

7.2.4 Qualificação Econômico-Financeiro:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2022), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

a.1) O balanço deverá ser registrado na entidade competente e também assinado pelo Administrador da Empresa e pelo Contador;

a.2) O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de **cópia do termo de abertura e de encerramento**, extraídos do livro Diário, devidamente registrado no órgão competente, nas condições de apresentação do balanço patrimonial;

a.3) As microempresas, as empresas de pequeno porte e as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento, nos termos da Resolução CFC nº 1.330/11.

a.4) Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - SPED Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme autoriza o art. 78 –A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.

a.5) Serão considerados e aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.5.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas:

- Publicados em Diário Oficial;
- Publicados em jornal de grande circulação;
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.5.2) Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.5.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 123, de 05 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou



- Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.5.4) Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.6) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.7) Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial será avaliada a capacidade financeira da empresa, devendo ser atendidos os seguintes índices:

1) Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$$

2) Índice de Liquidez Geral

$$ILG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$$

a.7.1) Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem.

a.8) Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o Município da Gameleira - PE se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas licitantes;

a.9) Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o Balanço de Abertura.

b) Os licitantes que estiverem em seus balanços com índices inferiores a 01 (um), poderão comprovar um Patrimônio Líquido e/ou capital social de 10% (dez por cento) da sua proposta de preços a ser apresentada. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por meio de índices oficiais.

c) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos de 1º e 2º graus distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio;

c.1) Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da licitante ou de seu domicílio.

c.2) A(s) empresa(s) em recuperação judicial, está(ão) dispensada(s) da apresentação das exigências na alínea b, desde que comprove a sua capacidade econômica.

7.2.5 Declarações:

a) Declaração expressa de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme modelo **Anexo IV**.



7.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. Considera-se restrição, ensejando a aplicação do § 1º, do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 126/2006, a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal e trabalhista, pelo pregoeiro, na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.

7.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, às **MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 7.3.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.3.3. A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deve apresentar **Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**, de acordo com modelo estabelecido no **Anexo V** do Edital, ou os seguintes documentos:

I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

II – Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) Cópia do contrato social e suas alterações;

III) Os documentos relacionados nos itens I e II poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Micro e Pequena empresa, vinculada à Presidência da República.

7.3.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8 PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO



- 8.1.** A licitação será processada e julgada de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, observando-se ainda a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 07/08/2014 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019.
- 8.2.** O critério de julgamento será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, admitindo-se como critério de aceitabilidade os preços estimados fixados no Anexo I deste Edital.
- 8.3.** O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 8.4.** A partir do horário **indicado no preâmbulo deste edital** e previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste edital, passando o Pregoeiro a examinar as propostas.
- 8.5.** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a)** Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b)** Que não permitam aferir a compatibilidade do(s) serviço(s) ofertado(s) com as especificações do edital;
 - c)** Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes.
- 8.6.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 8.7.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão efetuada pelo próprio licitante.
- 8.8.** O sistema possibilita até 50 lotes/itens na sala de disputa de forma simultânea, ficando o licitante responsável por acompanhar os lances dos itens que estiverem em disputa, à quantidade ficará a critério do pregoeiro, podendo o mesmo informar no início da sessão a quantidade a ser colocada de forma simultânea.
- 8.9.** A partir da abertura da etapa competitiva, que será no modo de disputa ABERTO, o tempo estimado para disputa dos itens será de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.10.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 8.9, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.11.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 8.10, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.12.** A cada lance ofertado, o licitante será informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.13.** O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.14.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



8.16. O sistema informará a proposta de maior desconto (menor preço) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta de maior desconto (menor preço).

8.17. No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (situação esta possível de ocorrer quando as empresas não oferecerem lances), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no item.

8.18. Havendo aceitação da proposta melhor classificada, quanto ao objeto e ao preço, observados os valores máximos fixados nesta licitação, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. A negociação em apreço deverá ser realizada por meio do sistema eletrônico, para que possa ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19. Realizada a negociação, o pregoeiro procederá com a habilitação na forma do **item 7** deste Edital.

8.20. Para cumprimento do **item 7** deste Edital, bem como no caso de pronunciamento de aceitabilidade final da proposta, a sessão poderá ser suspensa para aguardo do envio e recebimento de documentos solicitados e/ou proposta ajustada. A data e horário para retomada da sessão do pregão serão comunicados pelo Pregoeiro, através do Sistema, com antecedência mínima de 24 horas.

8.21. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, será a empresa considerada vencedora por decisão motivada do Pregoeiro.

8.22. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.23. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no item anterior.

8.24. No mesmo prazo de apresentação da documentação do 1º colocado, é facultado ao Pregoeiro exigir os documentos de habilitação dos demais classificados, tantos quantos necessários, quando pertinente para agilização do procedimento.

8.25. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

8.26. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

8.27. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

8.28. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

8.29. As decisões referentes a este processo licitatório, deverão ser comunicadas via sistema BNC, e poderão ser comunicadas também aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco.



9 SANEAMENTO E DILIGÊNCIA

9.1 O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substancia das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2 O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

9.3 Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

9.4 Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informação necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

9.5 Caso haja algum documento ausente e que se refira à condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, este haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro ainda na sessão, obedecendo o prazo mínimo de 02(duas) horas (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 – TCU – Plenário).

9.6 O disposto previsto no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 – TCU – Plenário)

10 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, exclusivamente através da Bolsa Nacional de Compras - BNC, no endereço www.bnc.org.br. As respostas a tais esclarecimentos serão disponibilizadas também via sistema.

10.2 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações **no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação ou pedido de esclarecimentos.**

10.3 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até decisão definitiva a ela pertinente.

10.4 A decisão do Pregoeiro sobre o julgamento da impugnação será comunicada ao licitante interessado, preferencialmente, até o dia anterior à data marcada para abertura das propostas, podendo tal comunicação também ser feita na própria sessão de abertura, fazendo-se o registro no "chat".

10.5 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões no próprio sistema, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias corridos. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, conforme prevê o art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 c/c Art. 44



do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019.

- 10.6** Os memoriais de recurso e de contrarrazões deverão ser encaminhados no próprio sistema.
- 10.7** O julgamento e decisão acerca do recurso se dará no próprio sistema.
- 10.8** A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso, e a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.
- 10.9** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 10.10** Os recursos contra decisões do pregoeiro terão efeito suspensivo.
- 10.11** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.12** As razões de recursos serão dirigidas ao Prefeito do Município da Gameleira (autoridade superior), por intermédio do Pregoeiro que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado para decisão final.
- 10.13** Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal previsto ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 10.14** Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

11 DO CONTRATO

11.1 PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1.1. O prazo da presente contratação é de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura do contrato.

11.2. FORMALIZAÇÃO

11.2.1 Homologado o resultado da licitação e respeitada a ordem de classificação, será formalizada o contrato, documento vinculativo obrigacional que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

11.2.2 Homologada a licitação, o Município da Gameleira, convocará a Proponente vencedora para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado;

11.2.3 Salvo motivo justificado e aceito pelo Município da Gameleira, o licitante decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, se não comparecer ao local, na data e horário designados para a assinatura do contrato.

11.2.4 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência.

11.2.5 Caso o licitante vencedor não faça a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assiná-lo, sem prejuízo das multas previstas neste edital e demais cominações legais.

11.2.6 Firmada o contrato entre o licitante vencedor e o Município da Gameleira, seus signatários



passarão a denominar-se: Contratada e Contratante, respectivamente.

11.2.7 O contrato poderá ser firmado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, devidamente munido, respectivamente, de procuração ou contrato social e cédula de identificação do(s) licitante(s) vencedor(es).

11.2.8 Ao firmar o contrato, o Fornecedor contratado, quando solicitado pelo Município, obriga-se a fornecer os produtos a ele adjudicado.

11.3. PAGAMENTO

11.3.1 As condições de pagamento deverão obedecer aos seguintes critérios:

- a) O fornecedor contratado apresentará quinzenalmente ao Município da Gameleira, relatório com o fechamento dos abastecimentos e aquisições realizadas no período, demonstrando a aplicação do desconto contratado, acompanhado das referidas **cópias dos documentos de requisição contendo as quantidades e valores;**
- b) O Município da Gameleira, após efetuar a análise do relatório de fechamento quinzenal enviado, e, caso esteja correto, aprovará o mesmo e autorizará a emissão e envio da respectiva Nota Fiscal acompanhado de Recibo;
- c) Na Nota Fiscal deverá constar os valores unitários praticados relativo a quinzena do efetivo abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados), para cada tipo de combustível (Gasolina Comum, Diesel S10 e Etanol), incidindo sobre estes o percentual de desconto contratado. Ou seja, deverá ser mencionado na Nota Fiscal o período quinzenal do abastecimento dos combustíveis com o desconto aplicado.
 - c.1) Poderá constar na Nota Fiscal preços distintos para o mesmo produto, em virtude da referência dos preços ser quinzenal.
- d) O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após a apresentação da Nota Fiscal com o recibo em anexo, devidamente atestada por servidor designado.

11.3.2 A Nota Fiscal/Fatura do fornecedor contratado tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

11.3.3 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere o direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.3.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

11.3.5 O fornecedor contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

11.3.6 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do fornecedor contratado;

11.3.7 O pagamento só será efetuado mediante a apresentação de ATESTE, assinado pelo servidor designado por cada Secretaria, responsável pela fiscalização do contrato, confirmando o fornecimento dos combustíveis, de acordo com as especificações contidas na proposta;



11.3.8 Respeitadas às condições previstas, em caso de atraso de pagamento, motivado pela Contratante, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$$

Onde: AF = Atualização Financeira;

IPCA = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

11.4 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS COMBUSTÍVEIS

11.4.1 O fornecimento de combustíveis será realizado na forma de abastecimentos dos veículos da frota do Município da Gameleira (Próprios e Terceirizados) com suas respectivas Secretarias: Gabinete, Infraestrutura, Agricultura e Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, e será realizado de forma parcelada de acordo com as necessidades, e solicitação das respectivas Unidades Administrativas, e deverá ocorrer no estabelecimento da licitante vencedora do certame, (CONTRATADA), mediante apresentação do documento de requisição assinado pelo responsável designado da Unidade Administrativa solicitante, pelo período de até 12 (doze) meses.

11.4.2 O fornecimento de combustíveis serão solicitados de acordo com a necessidade de utilização das Secretarias Municipais e Fundos Municipais, não representando para o Município da Gameleira a obrigação de utilização da totalidade dos referidos itens licitados.

12 SANÇÕES E PENALIDADES

12.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município da Gameleira, pelo prazo de até 05(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito a ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - Não assinar o contrato;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;
- IV - Causar o atraso na execução do objeto;
- V - Não mantiver a proposta;
- VI - Falhar na execução do Contrato;
- VII - Fraudar a execução do Contrato;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo;
- K - Declarar informações falsas; e
- X - Cometer fraude fiscal.

12.2 As sanções serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco, veiculado pela AMUPE.

12.3 Além da sanção prevista acima, ainda podem ser aplicadas as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.4 A penalidade de multa será aplicada nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento executado, de 1% (um por cento) do valor do fornecimento, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) Pela recusa em executar o fornecimento, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;
- c) Pela demora em corrigir falha no fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor contratado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa em corrigir as falhas no fornecimento ou em substituir o produto, entendendo-se como recusa o não fornecimento ou substituição do produto, nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor contratado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor da parcela a ser cumprida, para cada evento.

12.5 As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, o fornecedor contratado cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.

12.6 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

13.2 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.3 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.4 A homologação do presente certame e outros atos que tenha publicação obrigatória na imprensa oficial serão divulgados no **Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco**.

13.5 Os demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados através do sistema BNC e facultativamente no **Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco**.

13.6 Caso o adjudicatário não compareça para receber a nota de empenho ou assinar o contrato, no prazo de 05(cinco) dias corridos do recebimento do aviso da homologação, ou, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular, o Município da Gameleira poderá convocar, para substituir a Empresa vencedora, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

13.7 O Edital na íntegra à disposição dos interessados na Sala da CPL, Sede da Prefeitura Municipal da Gameleira, situada na Rua José Barradas, 95 – Gameleira – PE. CEP 55530-000, e-mail: cpl.gameleirape@gmail.com, e/ou ainda através do site da BNC: www.bnc.org.br. Informações



complementares através da Bolsa Nacional de Compras – BNC, fone/ WhatsApp: 42 3026-4550, e-mail: contato@bnc.org.br, e/ou com o Pregoeiro do Município da Gameleira, e-mail: cpl.gameleirape@gmail.com, no horário de 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira. Os pedidos de esclarecimentos acerca do Edital deverão ser efetuados via sistema BNC.

13.8 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

13.9 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Gameleira/PE.

Gameleira/PE, 18 de outubro de 2023.



Jobson Ederlan Ramos da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura

Fernanda Márcia Costa Silva Souza
Secretária Municipal de Educação

Antônio Henrique da Silva Lins
Secretário Municipal de Agricultura

Renilson José dos Santos Barros Filho
Secretário Municipal de Governo
(Gabinete do Prefeito)

Luiz Antônio Neves Mendes de Lima
Secretário Municipal de Saúde

Dayenne Priscilla Almeida Ribeiro de Lima
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 DO OBJETO

1.1 **Contratação de empresa especializada no fornecimento de COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E ETANOL), destinados ao abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados) que compõem a frota do município da Gameleira (Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social), POR MEIO DE PERCENTUAIS DE DESCONTO, QUE INCIDIRÃO SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA, conforme especificações, quantidades e valores constantes no anexo deste Termo.**

2.0 DA JUSTIFICATIVA E FINALIDADE

Considerando a necessidade de garantir combustível destinado aos veículos e máquinas que realizam a limpeza urbana no que diz respeito a coleta e destinação do lixo domiciliar, bem como disponibilizar ao(s) veículo(s) caminhão(ões) basculante(s), que auxiliará na limpeza urbana na coleta e destinação dos entulhos.

Considerando a necessidade em dispor de combustível para abastecimento de veículos e máquinas para o apoio aos agricultores com a manutenção de estradas vicinais e açudes na Zona Rural do Município.

Considerando a necessidade em dispor de combustível para abastecimento de veículos para a utilização no apoio administrativo realizado pela Prefeitura Municipal, em atendimento as atividades diárias e essenciais para o funcionamento da Administração Pública.

Considerando a necessidade de garantir combustível ao(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte e distribuição de materiais de construção, bem como realização de mudanças e eventuais demandas que se fazem necessárias ao município da Gameleira, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Considerando a necessidade de garantir combustível para veículos utilizados para o transporte da merenda escolar direcionados às redes públicas de ensino, visando o atendimento do início das aulas, para que as escolas não sofram com a descontinuidade do fornecimento da merenda escolar aos educandos.

Considerando a necessidade em dispor de combustível para abastecimento de veículos para o transporte dos educandos da rede municipal de ensino, alunos universitários e de escola técnica.

Considerando a necessidade em dispor de combustível para abastecimento de veículos para o transporte de Professores e Servidores para as escolas públicas municipais.

Considerando a necessidade em dispor de combustível para abastecimento de veículos tipo ambulância para o transporte de pacientes.

Considerando a necessidade em dispor de combustível para abastecimento de veículos para transporte de passageiros usuários do TFD trajetos: Gameleira/Recife – PE e Gameleira/Palmares – PE.

Considerando que a quantidade constante no Contrato nº 022/2022, celebrado em 24/10/2022, tendo como vigência até 24/10/2023, não foi suficiente para atender a demanda do Município neste período, uma vez que foi necessário realização de Termo Aditivo em 25% (vinte e cinco por cento), celebrado em 03/07/2023.



Considerando que no decorrer de 2023, o Município da Gameleira/PE efetuou a compra de novos veículos para diversas áreas de atuação, tais como transporte escolar, saúde, assistência social, e serviços públicos. Essa renovação e ampliação da frota foi motivada por vários fatores, incluindo a necessidade de substituir veículos antigos, que frequentemente demandavam manutenção dispendiosa e apresentavam alta ineficiência operacional, bem como, a oferta de veículos para atender novas demandas implementadas na atual gestão.

Considerando que as quantidades de consumo tomaram por base os últimos meses, especialmente o consumo do mês de agosto/2023.

Por fim, considerando a necessidade em dispor de combustível para abastecimento de veículos para o transporte de funcionários para desenvolverem suas atividades em seus locais de trabalho, tais como: postos de saúde, trabalhos itinerantes (reposição de calçamento, tapa buraco, limpeza de galeria, apoio ao agricultor rural, pequenas mudanças, entre outros) e escolas, onde estas também compreendem a zona rural deste município que é bastante ampla.

Assim, é de fundamental importância para a execução das atividades inerentes e essenciais das Secretarias Municipais da Gameleira, tendo o fornecimento de combustíveis uma demanda importante para o atendimento das demandas que é dever do Estado, neste caso, o município da Gameleira, sendo em sua totalidade de interesse público e de caráter continuado e ininterrupto.

Tendo em face estes preceitos, fica caracterizado a importância de se instaurar o processo para o fornecimento de combustíveis, para garantir a continuidade da prestação dos serviços prestadas a população gameleirense.

3.0 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS COMBUSTÍVEIS

3.1 O fornecimento de combustíveis será realizado na forma de abastecimentos dos veículos da **frota do Município da Gameleira (Próprios e Terceirizados) com suas respectivas Secretarias: Gabinete, Infraestrutura, Agricultura e Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social**, e será realizado de forma parcelada de acordo com as necessidades, e solicitação das respectivas Unidades Administrativas, e deverá ocorrer no estabelecimento da licitante vencedora do certame, (CONTRATADA), mediante apresentação do **documento de requisição** assinado pelo responsável designado da Unidade Administrativa solicitante, pelo **período de até 12 (doze) meses**.

3.2 O fornecimento de combustíveis, serão solicitados de acordo com a necessidade de utilização das Secretarias Municipais e Fundos Municipais, não representando para o Município da Gameleira a obrigação de utilização da totalidade dos referidos itens licitados.

4.0 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES

4.1 Comprovação de aptidão da licitante para o fornecimento em características semelhantes com o objeto da licitação, representada(s) por atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público e/ou privado;

4.2 Registro junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP, autorizando a empresa licitante a operar como distribuidora de combustíveis, conforme inciso XVI do art. 8º da Lei nº 9.478/97.

5.0 DO VALOR e DOS PERCENTUAIS ESTIMADOS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 O valor global estimado para o eventual fornecimento de combustíveis é de **R\$ 5.062.719,91 (Cinco milhões sessenta e dois mil setecentos e dezenove reais e noventa e um centavos)**, conforme planilha de especificações, quantidades e valores estimados – Anexo I do Edital.



5.2 Valores Estimados por Secretarias e Fundos Municipais:

- a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes: **R\$ 1.563.134,91 (Um milhão quinhentos e sessenta e três mil cento e trinta e quatro reais e noventa e um centavos);**
- b) Secretaria Municipal de Agricultura: **R\$ 722.346,99 (Setecentos e vinte e dois mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos);**
- c) Gabinete do Prefeito: **R\$ 278.295,25 (Duzentos e setenta e oito mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos);**
- d) Secretaria Municipal de Educação: **R\$ 1.110.153,95 (Um milhão cento e dez mil cento e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos);**
- e) Fundo Municipal de Saúde: **R\$ 1.349.659,84 (Um milhão trezentos e quarenta e nove mil seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos);**
- f) Fundo Municipal de Desenvolvimento Social: **R\$ 39.128,97 (Trinta e nove mil cento e vinte e oito reais e noventa e sete centavos).**

5.3 Considera-se os valores acima estimados, com base nas quantidades de consumo estimado para nos últimos meses, multiplicado pelos preços unitários médios dos combustíveis (Gasolina, Diesel S-10 e Etanol) praticados no Estado de Pernambuco, pesquisados e divulgados pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) no período de 24/09/2023 a 30/09/2023, e preços médios dos postos da região, conforme demonstrada na Planilha de especificações e quantidades anexo a este Termo.

5.4 Percentuais de desconto mínimos aceitáveis:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR TOTAL ESTIMADO 12 MESES	PERCENTUAL DE DESCONTO A INCIDIR SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA
1	Gasolina Comum	LITRO	R\$ 1.166.148,84	2,33%
2	Óleo Diesel S10	LITRO	R\$ 3.820.191,26	2,33%
3	Etanol	LITRO	R\$ 76.379,81	4%
			R\$ 5.062.719,91	

5.5 Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Gabinete do Prefeito:
02 01 GABINETE DE GOVERNO
020100 GABINETE DE GOVERNO
04 ADMINISTRAÇÃO
04 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL



04 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
04 122 0401 2018 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

- Secretaria Municipal de Infraestrutura:

02 07 SECRET. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES
020700 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

04 122 0401 2048 0000 Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura,
Obras e Transportes

3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

- Secretaria Municipal de Agricultura:

02 08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

020800 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20 Agricultura

20 122 Administração Geral

20 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

20 122 0401 2064 0000 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio
Ambiente

3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

- Secretaria Municipal de Educação:

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12 EDUCAÇÃO

12 361 1206 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

12 361 1206 2149 0000 APOIO AS ATIVIDADES AO PROGRAMA NACION. DE
TRANSPORT. ESCOLAR - PNATE

3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12 EDUCAÇÃO

12 364 ENSINO SUPERIOR

12 364 1210 TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

12 364 1210 2152 0000 APOIO AO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

080 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12 EDUCAÇÃO

12 361 1207 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA

12 361 1207 2150 0000 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHO DA
ESCOLA

075 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

020402 FUNDEB

12 EDUCAÇÃO

12 361 ENSINO FUNDAMENTAL

12 361 1211 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

12 361 1211 2155 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DO FUNDEB 30%

109 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS



02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
12 122 1201 GESTÃO ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
12 122 1201 2147 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
045 3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

- Fundo Municipal de Saúde:

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 122 Administração Geral
10 122 1002 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 122 1002 2077 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 301 Atenção Básica
10 301 1006 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
10 301 1006 2093 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Programa Saúde da Família - PSF
3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 302 1014 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
10 302 1014 2107 0000 Manutenção das atividades do SAMU
3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 302 1016 TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD
10 302 1016 2109 0000 Manutenção das Ações do Tratamento Fora do Domicílio - TFD
3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 304 Vigilância Sanitária
10 304 1018 VIGILÂNCIA SANITÁRIA
10 304 1018 2111 0000 Manutenção das Atividades do Programa de Vigilância Sanitária
3.3.90.00.APLICAÇÕES DIRETAS

- Fundo Municipal de Desenvolvimento Social:

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA
030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
08 032 Controle Externo
08 032 0804 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



08 032 0804 2120 0000 Apoio das atividades do Conselho Tutelar
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA
030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 122 Administração Geral

08 122 0805 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 122 0805 2122 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA
030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 244 Assistência Comunitária

08 244 0801 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

08 244 0801 2126 0000 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

6.0 DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA O FORNECIMENTO

6.1 O prazo de vigência para o fornecimento dos combustíveis, objeto deste Termo de Referência será **pelo período de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do Contrato.

7.0 DOS PREÇOS DOS PRODUTOS

7.1 Pelo fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência, o Município da Gameleira pagará tão somente os preços unitários dos combustíveis, relativo à quinzena de efetivo abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados), para cada tipo de combustível, incidindo sobre estes, os percentuais de descontos oferecidos pela empresa vencedora do certame licitatório.

7.2 Serão registrados em Contrato os percentuais de descontos que incidirão **SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA** para cada item/produto no período de 15 (quinze) dias do efetivo abastecimento.

8.0 DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

8.1 As condições de pagamento deverão obedecer aos seguintes critérios:

- d) O fornecedor contratado apresentará quinzenalmente ao Município da Gameleira, relatório com o fechamento dos abastecimentos e aquisições realizadas no período, demonstrando a aplicação do desconto contratado, acompanhado das referidas **cópias dos documentos de requisição contendo as quantidades e valores;**
- e) O Município da Gameleira, após efetuar a análise do relatório de fechamento quinzenal enviado, e, caso esteja correto, aprovará o mesmo e autorizará a emissão e envio da respectiva Nota Fiscal acompanhado de Recibo;
- f) Na Nota Fiscal deverá constar os valores unitários praticados relativo à quinzena do efetivo abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados), para cada tipo de combustível (Gasolina Comum, Diesel S10 e Etanol), incidindo sobre estes o percentual de desconto contratado. Ou seja, deverá ser mencionado na Nota Fiscal o período quinzenal do abastecimento dos combustíveis com o desconto aplicado.

c.1) Poderá constar na Nota Fiscal preços distintos para o mesmo produto, em virtude da referência dos preços ser quinzenal.



h) O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após a apresentação da Nota Fiscal com o recibo em anexo, devidamente atestada por servidor designado.

8.2 A Nota Fiscal/Fatura do fornecedor contratado tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere o direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

8.5 O fornecedor contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.6 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do fornecedor contratado;

8.7 O pagamento só será efetuado mediante a apresentação de ATESTE, assinado pelo servidor designado por cada Secretaria, responsável pela fiscalização do contrato, confirmando o fornecimento dos combustíveis, de acordo com as especificações contidas na proposta;

8.8 Respeitadas às condições previstas, em caso de atraso de pagamento, motivado pela Contratante, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$$

Onde: AF = Atualização Financeira;

IPCA = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

9.0 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CONTRATADO:

9.1.1 Fornecer dentro dos padrões estabelecidos no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida;

9.1.2 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município da Gameleira, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento;

9.1.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.1.4 A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe o Fornecedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução



do fornecimento, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

9.1.5 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

9.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação do instrumento convocatório.

9.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.2.1 O Município da Gameleira, obriga-se a:

- a) Solicitar o abastecimento dos veículos em forma de requisição assinada por servidor designado;
- b) Notificar o Fornecedor contratado de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
- c) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste Termo.
- d) Designar o(s) fiscal(is) do Contrato dentre os servidores lotados na área solicitante, para acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento e para atestar o recebimento dos produtos, conforme definido no edital e anexos;
- e) Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissivo ou duvidoso não previsto no edital, e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento, desde que não acarrete ônus para o Município da Gameleira ou modificação no Contrato;
- f) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos descontos registrados, bem como pagar pelas aquisições na forma prevista;
- g) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato.

10.0 DAS PENALIDADES

10.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município da Gameleira, pelo prazo de até 05(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito a ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - Não assinar o Contrato;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;
- IV - Causar o atraso na execução do objeto;
- V - Não manter a proposta;
- VI - Falhar na execução do Contrato;
- VII - Fraudar a execução do Contrato;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo;
- K - Declarar informações falsas; e
- X - Cometer fraude fiscal.

10.2 As sanções serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco, veiculado pela **AMUPE**.

10.3 Além da sanção prevista acima, ainda podem ser aplicadas as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto



perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.4 A penalidade de multa será aplicada nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento executado, de 1% (um por cento) do valor do fornecimento, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) Pela recusa em executar o fornecimento, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;
- c) Pela demora em corrigir falha no fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor contratado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa em corrigir as falhas no fornecimento ou em substituir o produto, entendendo-se como recusa o não fornecimento ou substituição do produto, nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor contratado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor da parcela a ser cumprida, para cada evento.

10.5 As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, o fornecedor contratado cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.

10.6 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo.

11.0 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 Maior Percentual de Desconto por Item.

12.0 DA GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 O Contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e normas previstas no *Termo de Referência*, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2 A fiscalização será exercida no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

12.3 O fiscal dos abastecimentos dos veículos, será o Servidor **José Luciano Azevedo de Araújo – Diretor de Transportes;**

13.0 DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO EXCLUSIVIDADE ME/EPP/ MEI

É importante que fique claro, aliás, que inicialmente o município da Gameleira tem a intenção de fazer valer a legislação, e viu a possibilidade de atendê-la do art. 48 da Lei 123/2006 e alterações. Porém, reconhe-se que a aplicação do art. 49, Inc. II e III da LC 123/2006 e alterações, deve ser reconhecida na fase interna da licitação.

Corrobora do entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas do Estado de Tocantins – TCE/TO, quando decidiu em RESOLUÇÃO TCE/TO Nº 181/2015 - Pleno.

RESOLUÇÃO TCE/TO Nº. 181/2015 - Pleno

(...) Nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/2006, uma empresa que



não seja ME e/ou EPP não poderá participar de uma licitação exclusiva para as microempresas e empresas de pequeno porte. Conforme inciso II do art. 49 da LC nº 123/2006, caso inexista o número mínimo de três ME e/ou EPP, sediadas no local ou na região, e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no edital, conseqüentemente, a realização de uma licitação exclusiva com fundamento neste inciso restará justificadamente afastada, e para tanto, **o edital não poderá prever que não comparecendo nenhuma ME e/ou EPP, será permitida a participação de empresas de maior porte.** (grifou-se) (...) **O gestor público deverá planejar-se, ainda na fase interna, para que se adiante e identifique a eventual ausência de micro ou pequenas empresas aptas a atender o objeto almejado, bem como justificar exaustivamente tal situação,** nos autos do respectivo processo licitatório, a fim de evitar alegações de desrespeito à Lei Complementar nº 123/06, por parte dos órgãos de controle acerca da inobservância das novas regras estabelecidas pelo Estatuto da Microempresa. Tudo no escopo de atender aos princípios da economicidade, isonomia, impessoalidade, publicidade e supremacia do interesse público, dentre outros. (grifou-se)

Ainda em tempo, corrobora do entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, quando decidiu em ACORDÃO DENUNCIA Nº. 944602.

De toda forma, recomendo ao atual gestor que observe, na formalização dos procedimentos licitatórios e dos contratos deles decorrentes, as normas estabelecidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.666, de 1993, e, notadamente, que o Município observe não só o art. 48 e os incisos I e II do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, **com a inclusão, na fase interna do procedimento licitatório, de comprovação de que há no local da licitação ou na região pelo menos três fornecedores enquadrados como microempresas ou como empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências editalícias, bem como demonstre que o tratamento diferenciado dispensado a tais empresas é vantajoso para a Administração municipal.** Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos, à teor do disposto no inciso I do art. 176 da Resolução TC nº 12, de 2008 (RITCEMG).

Assim, por força da hipótese de exceção estabelecida no art. 49, II e III, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, em face das características específicas deste mercado, justifica-se a não adoção do benefício a que se refere o art. 48 do referido diploma normativo.

Considerando, que embora este certame, por seu custo estimado (item 03) e a reserva de cota para os itens 01 e 02, possa ensejar enquadramento na aplicação de exclusividade de fornecimento por ME/EPP/ MEI, vista-se nos autos do processo licitatório, que não foi encontrado em pesquisa de mercado realizada para obter cotações válidas para balizar esta aquisição, o número mínimo de três fornecedores locais com esta qualificação, bem como a reserva de cota exclusiva, pode gerar prejuízos a administração municipal, razão pela qual justifica-se de fato por não aplicar esta cláusula de exclusividade.

Desta forma, informamos que o Pregão (eletrônico) não deve ser processado como licitação de exclusiva participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparada, estando



aberto a uma participação ampla. Assim, o entendimento é de que de fato, o Pregão (eletrônico) não está reservada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparada.

Considerando que limitar a participação de apenas empresas enquadradas como ME/EPP/MEI, pela natureza do objeto pretendido, pode significar retirar de fato da disputa, mais empresas espalhadas no raio de proximidade do município da Gameleira.

Gameleira/PE, 16 de outubro de 2023.





ANEXO II
PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES, VALORES E PERCENTUAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR TOTAL ESTIMADO 12 MESES	PERCENTUAL DE DESCONTO A INCIDIR SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA
1	Gasolina Comum	LITRO	R\$ 1.166.148,84	2,33%
2	Óleo Diesel S10	LITRO	R\$ 3.820.191,26	2,33%
3	Etanol	LITRO	R\$ 76.379,81	4%
			R\$ 5.062.719,91	

OBS: Os valores totais estimados foram baseados na multiplicado pelos preços unitários médios dos combustíveis (Gasolina, Diesel S-10 e Etanol) praticados no Estado de Pernambuco, pesquisados e divulgados pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) no período de 24/09/2023 a 30/09/2023, e preços médios dos postos da região x quantidades estimadas para o período de 12 meses. Porém a licitante deve atentar-se apenas no valor total estimado a ser consumido no período de 12 meses conforme tabela acima.

Gameleira/PE, 16 de outubro de 2023.

Jobson Ederlan Ramos da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura

Fernanda Márcia Costa Silva Souza
Secretária Municipal de Educação

Antônio Henrique da Silva Lins
Secretário Municipal de Agricultura

Renilson José dos Santos Barros Filho
Secretário Municipal de Governo
(Gabinete do Prefeito)

Luiz Antônio Neves Mendes de Lima
Secretário Municipal de Saúde

Dayenne Priscilla Almeida Ribeiro de Lima
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social



ANEXO III

PROPOSTAS DE PREÇOS – PÓS DISPUTA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**

**AO
PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA/PE**

A Empresa, inscrita no CNPJ (MF) n.º, estabelecida no(a)vem, perante o Município da Gameleira, apresentar a seguinte proposta de preços após disputa de lances, para a **Contratação de empresa especializada no fornecimento de COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E ETANOL), destinados ao abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados) que compõem a frota do município da Gameleira (Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social), POR MEIO DE PERCENTUAIS DE DESCONTO, QUE INCIDIRÃO SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA**, conforme planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR TOTAL ESTIMADO 12 MESES	PERCENTUAL DE DESCONTO A INCIDIR SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA
1	Gasolina Comum	LITRO	R\$ 1.166.148,84	_____ %
2	Óleo Diesel S10	LITRO	R\$ 3.820.191,26	_____ %
3	Etanol	LITRO	R\$ 76.379,81	_____ %
			R\$ 5.062.719,91	

Validade da Proposta: 60(sessenta) dias

Prazos de Fornecimento: Conforme Edital.

Declaro de que nos preços ofertados estão incluídas despesas com administração, pessoal, obrigações patrimoniais, Trabalhistas, transporte, ferramentas e utensílios, equipamentos, e todos os tributos e demais encargos decorrentes do fornecimento.

Local,dede 202.....

Assinatura do representante legal da empresa



(identificação/nome/carimbo/etc)

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DA PROPONENTE DE CUMPRIMENTO AO ART.7º, INCISO XXXIII DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**

A empresa _____ inscrita no **CNPJ** nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal.



ANEXO V

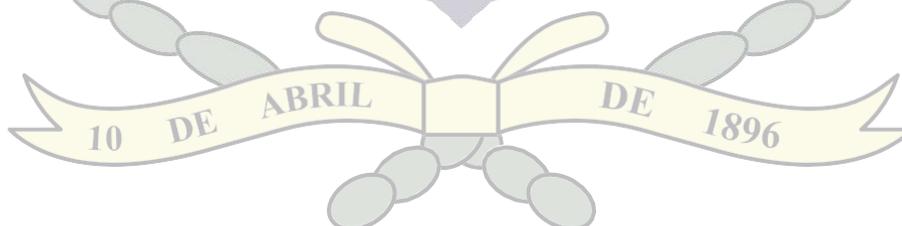
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

A empresa, inscrita no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador (a) da
Carteira de Identidade nº, **DECLARA que é microempresa ou empresa de
pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, de
14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014**, cujo termos declaro
conhecer na íntegra, e está apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate
no certame em epígrafe, e em caso de haver restrição na regularidade fiscal, está assegurado o prazo
de 05 (cinco) dias úteis, cujo momento inicial corresponderá ao momento em que o proponente for
declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para
regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou
positivas com efeito de negativa

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal





ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. _____/2023

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**

CONTRATO RELATIVO AO
**FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, QUE
ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DA
GAMELEIRA E A**

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.343.902/0001-47, com sede na Rua José Barradas, 95, Centro, Gameleira/PE, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES**, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes, o Sr. **Jobson Ederlan Ramos da Silva**, , residente e domiciliada na , portadora do RG nº. e CPF nº. , **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Agricultura, o Sr **Antônio Henrique da Silva Lins**, , residente e domiciliado na , portador do RG nº. e CPF nº. , **GABINETE DO PREFEITO**, neste ato representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal o Sr. **Leandro Ribeiro Gomes de Lima**, , residente e domiciliado na , portador do RG nº. e CPF nº. , **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, representado neste ato pela Secretária Municipal de Educação, o Sra. **Fernanda Márcia Costa Silva Souza**, , residente e domiciliada na , portadora do RG nº. e CPF nº. , pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA**, com sede na Dr. Antônio Rigueira, sn, Centro, Gameleira/PE, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.334.929/0001-73, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde o Sr. **Luiz Antônio Neves Mendes de Lima**, brasileiro, , residente e domiciliado na , portador do RG nº. e CPF nº. , **FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA GAMELEIRA**, com sede na Tv. Luiz Rodolfo, sn, Centro, Gameleira/PE, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.876.387/0001-07, representado neste ato pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social a Sra. **Dayenne Priscilla Almeida Ribeiro de Lima**, brasileira, , residente e domiciliada na , portadora do RG nº. e CPF nº. , e de outro lado, a estabelecida a inscrita no CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). brasileiro(a), , residente e domiciliado(a) à Rua , cidade....., portador(a) da cédula de identidade (RG) nº. e CPF nº. , doravante denominadas CONTRATANTE E CONTRATADA, consoante a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**, homologado em de de 2023 e os termos da proposta apresentada e pelas cláusulas e condições em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam a seguir:

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste contrato é a **Contratação de empresa especializada no fornecimento de**



COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E ETANOL), destinados ao abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados) que compõem a frota do município da Gameleira (Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social), POR MEIO DE PERCENTUAIS DE DESCONTO, QUE INCIDIRÃO SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA.

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS COMBUSTÍVEIS

- 2.1 O fornecimento de combustíveis será realizado na forma de abastecimentos dos veículos da frota do Município da Gameleira (Próprios e Terceirizados) com suas respectivas Secretarias: Gabinete, Infraestrutura, Agricultura e Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, e será realizado de forma parcelada de acordo com as necessidades, e solicitação das respectivas Unidades Administrativas, e deverá ocorrer no estabelecimento da licitante vencedora do certame, (CONTRATADA), mediante apresentação do **documento de requisição** assinado pelo responsável designado da Unidade Administrativa solicitante, pelo período de até 12 (doze) meses.
- 2.2 O fornecimento de combustíveis serão solicitados de acordo com a necessidade de utilização das Secretarias Municipais e Fundos Municipais, não representando para o Município da Gameleira a obrigação de utilização da totalidade dos referidos itens licitados

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO PERCENTUAL DE DESCONTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1 O valor global para o fornecimento é de R\$ (.....), conforme planilha abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR TOTAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO A INCIDIR SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA
1	Gasolina Comum	LITRO	R\$	
2	Óleo Diesel S10	LITRO	R\$	
3	Etanol	LITRO	R\$	
TOTAL			R\$	

- 3.2 As condições de pagamento deverão obedecer aos seguintes critérios:

- O fornecedor contratado apresentará quinzenalmente ao Município da Gameleira, relatório com o fechamento dos abastecimentos e aquisições realizadas no período, demonstrando a aplicação do desconto contratado, acompanhado das referidas **cópias dos documentos de requisição contendo as quantidades e valores;**
- O Município da Gameleira, após efetuar a análise do relatório de fechamento quinzenal enviado, e, caso esteja correto, aprovará o mesmo e autorizará a emissão e envio da respectiva Nota Fiscal acompanhado de Recibo;
- Na Nota Fiscal deverá constar os valores unitários praticados relativo a quinzena do efetivo abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados), para cada tipo de



combustível (Gasolina Comum, Diesel S10 e Etanol), incidindo sobre estes o percentual de desconto contratado. Ou seja, deverá ser mencionado na Nota Fiscal o período quinzenal do abastecimento dos combustíveis com o desconto aplicado.

c.1) Poderá constar na Nota Fiscal preços distintos para o mesmo produto, em virtude da referência dos preços ser quinzenal.

d) O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após a apresentação da Nota Fiscal com o recibo em anexo, devidamente atestada por servidor designado.

- 3.3 A Nota Fiscal/Fatura do fornecedor contratado tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.
- 3.4 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere o direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 3.5 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;
- 3.6 O fornecedor contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- 3.7 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do fornecedor contratado;
- 3.8 O pagamento só será efetuado mediante a apresentação de ATESTE, assinado pelo servidor designado por cada Secretaria, responsável pela fiscalização do contrato, confirmando o fornecimento dos combustíveis, de acordo com as especificações contidas na proposta;
- 3.9 Respeitadas às condições previstas, em caso de atraso de pagamento, motivado pela Contratante, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$$

Onde: AF = Atualização Financeira;

IPCA = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

4.0 CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

- 4.1 O Prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.
- 4.2 Os preços poderão sofrer reajuste no valor, após o período de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta, através da variação do IPCA ou outro índice que o substituir, conforme previsto no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.0 CLÁUSULA QUINTA - DA GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



- 5.1 O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e normas previstas no *Termo de Referência*, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 5.2 A fiscalização será exercida no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- 5.3 O fiscal dos abastecimentos dos veículos, será o Servidor **José Luciano Azevedo de Araújo – Diretor de Transportes**;

6.0 CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 Os recursos para cobrir as despesas com a presente licitação estão previstos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

- Gabinete do Prefeito:
02 01 GABINETE DE GOVERNO
020100 GABINETE DE GOVERNO
04 ADMINISTRAÇÃO
04 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
04 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
04 122 0401 2018 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS
- Secretaria Municipal de Infraestrutura:
02 07 SECRET. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES
020700 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES
04 Administração
04 122 Administração Geral
04 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
04 122 0401 2048 0000 Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS
- Secretaria Municipal de Agricultura:
02 08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
020800 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20 Agricultura
20 122 Administração Geral
20 122 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO
20 122 0401 2064 0000 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS
- Secretaria Municipal de Educação:
02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 361 1206 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE
12 361 1206 2149 0000 APOIO AS ATIVIDADES AO PROGRAMA NACION. DE TRANSPORT. ESCOLAR - PNATE
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS



02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 364 ENSINO SUPERIOR
12 364 1210 TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
12 364 1210 2152 0000 APOIO AO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
080 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 361 1207 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA
12 361 1207 2150 0000 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA
075 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020402 FUNDEB
12 EDUCAÇÃO
12 361 ENSINO FUNDAMENTAL
12 361 1211 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
12 361 1211 2155 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DO FUNDEB 30%
109 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

02 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 EDUCAÇÃO
12 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
12 122 1201 GESTÃO ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
12 122 1201 2147 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
045 3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

• Fundo Municipal de Saúde:

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 122 Administração Geral
10 122 1002 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 122 1002 2077 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 301 Atenção Básica
10 301 1006 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
10 301 1006 2093 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Programa Saúde da Família - PSF
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA
030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10 302 1014 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU



10 302 1014 2107 0000 Manutenção das atividades do SAMU
3.3.90.00.00APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA

030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 Saúde

10 302 1016 TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD

10 302 1016 2109 0000 Manutenção das Ações do Tratamento Fora do Domicílio - TFD

3.3.90.00.00APLICAÇÕES DIRETAS

03 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA GAMELEIRA

030100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 Saúde

10 304 Vigilância Sanitária

10 304 1018 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10 304 1018 2111 0000 Manutenção das Atividades do Programa de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00APLICAÇÕES DIRETAS

- Fundo Municipal de Desenvolvimento Social:

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA

030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 032 Controle Externo

08 032 0804 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 032 0804 2120 0000 Apoio das atividades do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00APLICAÇÕES DIRETAS

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA

030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 122 Administração Geral

08 122 0805 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 122 0805 2122 0000 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00APLICAÇÕES DIRETAS

03 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GAMELEIRA

030200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 244 Assistência Comunitária

08 244 0801 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

08 244 0801 2126 0000 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

3.3.90.00.00APLICAÇÕES DIRETAS

7.0 CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS DOS PRODUTOS

7.1 Pelo fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência, o Município da Gameleira pagará tão somente os preços unitários dos combustíveis, relativo a quinzena de efetivo abastecimento dos veículos (próprios e terceirizados), para cada tipo de combustível, incidindo sobre estes, os percentuais de descontos oferecidos pela empresa vencedora do certame licitatório.

7.2 Serão registrados em Contrato os percentuais de descontos que incidirão **SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS PRATICADOS NA BOMBA PELA EMPRESA** para cada



item/produto no período de 15(quinze) dias do efetivo abastecimento.

8.0 CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

- 8.1 A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 8.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.3 A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.
- 8.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.0 CLAÚSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.1 Fornecer dentro dos padrões estabelecidos no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida;
- 9.1.2 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município da Gameleira, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento;
- 9.1.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 9.1.4 A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe o Fornecedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 9.1.5 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- 9.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação do instrumento convocatório.

9.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.2.1 O Município da Gameleira, obriga-se a:
 - a) Solicitar o abastecimento dos veículos em forma de requisição assinada por servidor designado;
 - b) Notificar o Fornecedor contratado de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
 - c) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste Termo.
 - d) Designar o(s) fiscal(is) do Contrato dentre os servidores lotados na área solicitante, para acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento e para atestar o recebimento dos produtos, conforme definido no edital e anexos;



- e) Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital, e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento, desde que não acarrete ônus para o Município da Gameleira ou modificação no Contrato;
- f) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos descontos registrados, bem como pagar pelas aquisições na forma prevista;
- g) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato.

10.0 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município da Gameleira, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito a ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - Não assinar o contrato;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;
- IV - Causar o atraso na execução do objeto;
- V - Não manter a proposta;
- VI - Falhar na execução do contrato;
- VII - Fraudar a execução do contrato;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo;
- K - Declarar informações falsas; e
- X - Cometer fraude fiscal.

10.2 As sanções serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco, veiculado pela **AMUPE**.

10.3 Além da sanção prevista acima, ainda podem ser aplicadas as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.4 A penalidade de multa será aplicada nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento executado, de 1% (um por cento) do valor do fornecimento, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) Pela recusa em executar o fornecimento, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;
- c) Pela demora em corrigir falha no fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor contratado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa em corrigir as falhas no fornecimento ou em substituir o produto, entendendo-se como recusa o não fornecimento ou substituição do produto, nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor contratado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor da parcela a ser cumprida, para cada evento.

10.5 As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar



da aplicação da penalidade, o fornecedor contratado cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.

- 10.6 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo.

11.0 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE

- 11.1 Fazem parte integrante e indissociável deste contrato e compõem o processo licitatório, como nele estivessem transcritos:

- a) O Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**;
- b) A(s) proposta(s) de preço da empresa **CONTRATADA**;
- c) Termo de Referência – (**Anexo I do Edital**);

12.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.
- 12.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos fornecimentos, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial do contrato, conforme Art. 65 § 1º da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 12.3 Correrão por conta do fornecedor quaisquer responsabilidades ou ônus decorrentes de marcas, patentes e direitos autorais relativos aos produtos de seus fornecimentos, inclusive componentes ou materiais fabricados por terceiros.
- 12.4 A administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício, ou mediante provocação de terceiros.
- 12.5 Verificada, durante o fornecimento dos produtos, ora contratados, eventuais diferenças nos quantitativos licitados, será adotado o disposto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93.
- 12.6 A **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega do objeto licitado mediante a *Ordem de Fornecimento* da **CONTRATANTE**, rigorosamente dentro dos prazos determinados, exceto se casos fortuitos ou motivos de força maior ocorrer, situações estas que serão devidamente apuradas e anotadas pelos técnicos responsáveis, em registro próprio.
- 12.7 Fazem parte integrante e inseparável deste instrumento contratual e, obrigam a **CONTRATADA** em todos os seus termos, ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**, todos os seus Anexos, emitidos pela **CONTRATADA**, devidamente rubricados pelas partes.
- 12.8 Fica eleito o foro desta cidade da Gameleira, para dirimir qualquer litígio oriundo do presente contrato, que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qualquer das partes.

E, por estarem justos e acordados, foi o presente instrumento particular de contrato administrativo de fornecimento, confeccionados em 04 (quatro) vias de igual teor para o mesmo fim, que vai subscrito pela **CONTRATANTE** que, pela **CONTRATADA** e por duas testemunhas presenciais devidamente qualificadas, para que este instrumento produza todos os efeitos legais.



Gameleira /PE,..... de de 2023.

CONTRATANTE:

GABINETE DO PREFEITO
Leandro Ribeiro Gomes de Lima
CPF nº
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Fernanda Márcia Costa Silva Souza
CPF:
Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Antônio Henrique da Silva Lins
CPF nº
Secretário Municipal de Agricultura

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES**
Jobson Ederlan Ramos da Silva
CPF nº
Secretário Municipal de Infraestrutura

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Luiz Antonio Neves Mendes de Lima
CPF:
Secretário Municipal de Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DA GAMELEIRA**
Dayenne Priscilla Almeida Ribeiro de Lima
CPF nº
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

CONTRATADA:

Nome da empresa: _____
CNPJ: _____
Representante Legal: _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____